

AC. CÂMARA

(08) POLIS LITORAL NORTE - 2ª FASE DA INTERVENÇÃO NA PRAIA NORTE:-

Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a proposta que seguidamente se transcreve:-

“PROPOSTA – POLIS LITORAL NORTE - 2ª FASE DA INTERVENÇÃO NA PRAIA NORTE - A Sociedade Polis Litoral Norte, S.A, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, cujos accionistas são o Estado e os Municípios de Viana do Castelo, Esposende e Caminha, foi constituída em finais de 2008 para concretização da Operação Integrada de Requalificação e Valorização do Litoral Norte. Esta Sociedade tem como objeto a gestão e coordenação e implementação do investimento correspondente às intervenções programadas e acordadas entre os parceiros que estão refletidas no Plano Estratégico do Litoral Norte. As ações aprovadas pelos diferentes programas comunitários (POVT e ON2) incluem o núcleo da Praia de Carreço, núcleo da Amorosa, núcleo da Pedra Alta 1ª fase, Praia da Ínsua, Praia de Afife, Praia da Arda/Bico, Praia de Paçô/Carreço, Praia Amorosa/Chafé, Praia Pedra Alta, Praia Cabedelo e Praia Norte. A Praia Norte vai ser intervencionada numa intervenção de emergência, estando previstas obras de consolidação das estruturas de protecção da erosão costeira e reordenamento da área de estacionamento. Esta 1ª intervenção está prevista e é financiada por fundos comunitários, no âmbito das ações aprovadas pelo POVT – Programa Operacional de Valorização do Território. Estando previstos novos avisos de candidaturas para as verbas disponíveis no final dos programas nacionais e regionais dos fundos comunitários – overbooking – torna-se necessário garantir por parte das entidades públicas que se candidatam a estes fundos, a execução financeira para a componente nacional, ou no caso de não serem aprovados quaisquer financiamentos comunitários, a garantia da comparticipação total financeira para a execução das obras. Neste sentido, o Município de Viana do Castelo como acionista da Sociedade Polis Litoral Norte, garante ao Conselho de Administração desta Sociedade, assegurar a componente financeira da comparticipação nacional da 2ª Fase da Intervenção da ação de **“Requalificação da frente ribeirinha da Praia Norte - Viana do Castelo”**. O Município de Viana do Castelo garante, ainda, à Sociedade Polis Litoral Norte que no caso desta 2ª Fase da intervenção na Praia Norte não ser objecto de nenhum financiamento quer nacional quer regional de fundos comunitários, assegurará, nesta condição, através da inscrição no Orçamento Municipal para 2015, a totalidade das verbas necessárias para a execução desta 2ª Fase da Requalificação e Valorização da Praia Norte, ação denominada de **“Requalificação da frente ribeirinha”**, verbas essas que se estimam em 994.000€ euros (Iva incluído). (a) José Maria Costa.”. A Câmara Municipal deliberou aprovar a transcrita proposta e remeter a mesma para aprovação da Assembleia Municipal. Esta deliberação foi tomada maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Vítor

Lemos, Ana Margarida Silva, Luís Nobre, Maria José Guerreiro e Ilda Figueiredo e os votos contra dos Vereadores Eduardo Teixeira e Marques Franco. Por último, foram proferidas as seguintes declarações de voto:- A **VEREADORA ILDA FIGUEIREDO** declarou que:- “O meu voto teve em conta a necessidade invocada pelo Presidente da Câmara que era necessária esta votação para garantir o recurso ao financiamento comunitário. No entanto, fi-lo sob protesto, já que o município de Viana do Castelo não pode prescindir de continuar a exigir a comparticipação nacional e comunitária prevista para esta obra. Só assim a CM poderá também garantir as verbas necessárias para outras obras muito urgentes. Por isso, o meu voto está também condicionado a esta questão.”. O **VEREADOR MARQUES FRANCO** declarou que o PSD não vota projectos que não conhecem, tanto mais que foi já pedido por diversas vezes a apresentação do referido projecto. O **VEREADOR EDUARDO TEIXEIRA** declarou que apesar de a Polis Litoral Norte ser muito importante para Viana do Castelo é preciso ter cuidado com a programação financeira, tendo em vista o que aconteceu com o multi-usos/coliseu, que só foi possível concluir graças ao recurso á posteriori do avanço da obra, à bolsa de mérito da CIM Alto Minho. 944 mil euros é um compromisso financeiro muito elevado, que poderá por em causa as Finanças do Município e os restantes investimentos municipais, designadamente nas áreas da cultura, do ensino ou do apoio às freguesias. Assim como aconteceu com o Coliseu, não se pode avançar com obras (que até não se conhece no detalhe e não apresentadas no Órgão Camara Municipal no mandato) para as quais não tem cobertura financeira assegurada, e por esse motivo decorre o voto contra dos Vereadores do PSD.". O **PRESIDENTE DA CÂMARA** declarou que a expectativa que o Município tem é de poder ver financiada esta obra pelos Fundos Comunitários em vigor. Esta garantia deve-se à necessidade de explicitar a “maternidade” máxima da obra, ou seja lançamento do concurso público junto da entidade gestora do actual Quadro Comunitário de Apoio.

18.SETEMBRO.2014